



África Lusófona: Uma Identidade Prótese ou Mentes Colonizadas?

António Filipe Augusto^[1]

tonyphilaugusto@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como principal objetivo analisar, perceber e explicar os fenómenos da exclusão sociopolítica e económica dos povos autóctones africanos, ocultos por detrás das ideologias, práticas e políticas linguísticas pós-coloniais, como a lusofonia, abordando a realidade político-sociolinguística e a identidade linguística nas sociedades da África Subsaariana no pós-colonialismo, tendo como foco os PALOP.

Defende-se que a “África Lusófona” é um mero processo de redimensionamento e (re)produção da ideologia, política e prática linguísticas coloniais, apoiado na imitação da ideologia *France Afrique* (francofonia) de Charles de Gaulle e uma reprodução do luso-tropicalismo. Sustenta-se, ainda, que a *lusofonização* dos PALOP é um processo político que visa tão-somente continuar a hegemonizar a língua herdada da colonização, os seus falantes, e vernacularizar as línguas da identidade etnolinguística antropologicamente herdadas, e consequentemente, os seus falantes, promovendo, assim a ideologia eurocêntrica. Esta situação tem conduzido a fossos insuperáveis no tecido social dos PALOP, onde o próprio africano, que não sabe falar português, continua um estranho na sua própria terra.

Palavras-Chave: Identidade Prótese; Herança Antropológica; Iconização; Eliminação; Imperialismo linguístico.

Lusophone Africa: A Prosthetic Identity or Colonised Minds?

Abstract: The main objective of this work is to analyse, understand and explain the phenomena of socio-political and economic exclusion of indigenous African peoples, hidden behind post-colonial linguistic ideologies, practices and policies, such as Lusophony, addressing the political-sociolinguistic reality and linguistic identity in the societies of sub-Saharan Africa in post-colonialism, focusing on the PALOP.

It argues that “Lusophone Africa” is merely a process of re-dimensioning and (re)producing colonial ideology, politics and linguistic practice, supported by the imitation of Charles de Gaulle’s *France Afrique* (Francophone) ideology and a reproduction of Luso-tropicalism. It is also argued that the lusophonisation of the PALOP is a political process aimed solely at continuing to hegemonise the language inherited from colonisation, its speakers, and vernacularising the anthropologically inherited languages of ethno-linguistic identity, and consequently their speakers, thus promoting Eurocentric ideology. This situation has led to insurmountable gulfs in the social fabric of the PALOP, where Africans who can’t speak Portuguese remain strangers in their land.

Keywords: Prosthetic identity; Anthropological heritage; Iconisation; Elimination; linguistic imperialism.

[1] Docente e Investigador do Instituto Superior de Ciências da Educação de (ISCED/Luanda), Angola.

Introdução

Depois de derrube do regime fascista Salazarista em 25 de Abril de 1974, pareceu ter começado a desaparecer o império colonial português em África. Angola foi o último bastião deste império colonial. Porém, a forma como o regime colonial abandonou este país, após as suas constantes interferências no governo de transição a favor de um dos movimentos integrantes deste governo é *sui generis*, pois facilitou a violação de Acordos de Alvores, deixando Angola sem governo formal e em plena guerra (Henderson, 1975).

Escoados que são mais de quarenta anos desde que os portugueses “abandonaram” as suas (ex) colónias em África, estes estados pós-coloniais, premeditadamente incapazes de abandonar a ideologia deixada pelos seus antigos mestres, a política e a prática linguísticas coloniais e de desenvolver as suas próprias ideologias, políticas e práticas linguísticas sustentadas pelas suas identidades linguísticas próprias – baseando-se nas suas identidades etnolinguísticas antropológicamente herdadas (Crystal, 1987), herdaram e promoveram, unicamente, uma identidade lin-

guística imprópria que clamam ser independente. Isto é, retiveram a língua da herança colonial, a portuguesa, como a única língua oficial, ou língua do estado, e transformaram-na em língua da identidade nacional, passando a considerarem-se como “países lusófonos”, numa clara tendência de *lusofonizar* estes estados, *abastardeando* as suas próprias línguas identitárias.

Paradoxalmente, a ecologia linguística (Haugen, 1972) destes países, à semelhança de quase todos países da África Subsariana, é constituída por uma paisagem sociolinguística composta por várias línguas de herança antropológica, línguas autóctones das nações ancestrais dos territórios que compõem os atuais estados, e pela língua portuguesa, que é a língua da herança do antigo império colonial (Crystal, 1987), transformada numa única língua hegemónica.

Ao se assumirem como países lusófonos, estes países, estão, implicitamente, conscientes ou inconscientemente, a autodeclarar-se como estados dependentes do seu antigo império colonizador. Esta identidade linguística atribuída a estes povos não se constitui como uma obra de



acaso, mas sim uma obra bem concebida e perpetrada.

Infelizmente, a ambiguidade entre o discurso de se ser independente e a prática social na África pós-colonial é uma síndrome secular. O discurso da existência de uma só África é profanado pela prática político-social das herdadas ideologias e práticas e políticas linguísticas coloniais que dividem o subcontinente, segregando os seus povos que partilhavam as mesmas línguas indígenas e territórios nacionais dos seus ancestrais, o que implica dizer os mesmos grupos etnolinguísticos, em povos totalmente distintos. Assim, olhando para o exemplo da África austral, enfrentamo-nos hoje com irmãos segregados, não ideologicamente, mas politicamente, em *ovakwanyama* anglófonos (na Namíbia) e *ovakwanyama* lusófonos (em Angola), *bakongo* lusófonos (em Angola) e francófonos (na República do Congo, República Democrática do Congo e no Gabão), *tuchokwe* lusófonos (em Angola), francófonos (no Congo) e anglófonos (na Zâmbia) e a lista poderia continuar. A estes povos foram atribuídos, ante o “seu ignorante consentimento”, rótulos icónicos cuja raiz deriva das

suas “ex” potências colonizadoras, ante o fúnebre e conivente silêncio da impotente e perenemente dependente União Africana, transformando a África num continente revestido de uma prótese identitária (Derrida, 1996), sem emancipação linguística (Wa Thiong’o, 2003).

A inquietação que daqui advém é se realmente as elites herdeiras do poder colonial em África (des)conhecem o conceito “união” ou se são cegamente guiadas por um mero processo de imitação e (re)produção de conceitos e atos discursivos ocidentais. Se existe, ou se pretende construir uma *União Africana*, de facto, porque é que estas elites políticas herdeiras do poder colonial e os seus descendentes se envaidecem com as pejorativas próteses políticas sob rótulos linguístico-identitários como anglofonia, francofonia e lusofonia, em detrimento, inclusive, das suas próprias bastardeadas e segregadas fonias transnacionais, que os próprios ajudam a molestar e transformar em instrumentos de estigma e exclusão social? As potências outrora colonizadoras continuam a perpetrar e perpetuar a filosofia de “dividir para melhor reinar” sustentando-se na ingenuidade e/ou

ignorância, senão mesmo na manipulação, dos seus herdeiros. Trata-se de uma autêntica estratégia preservativa (Wodak, 2001) e um paradoxo sócio-político-cultural.

Objetivo

Este estudo tem como principal objetivo analisar, compreender e explicar os fenómenos da exclusão sociopolítica e económica dos povos autóctones africanos, ocultos por detrás das ideologias, práticas e políticas linguísticas pós-coloniais, abordando a realidade político-sociolinguística e a identidade linguística nas sociedades da África Subsaariana no pós-colonialismo, tendo como foco os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Como é imperativo em estudos nos campos de ideologia linguística e análise crítica do discurso, o estudo resulta de um processo de análise dos perfis sociopolíticos dos atores sociais e/ou políticos que constituem as elites dominantes, herdeiras do poder colonial e/ou os seus descendentes, as suas historicidades e as suas conexões, para explicar a presença de processos semióticos para a discriminação social que, de acordo com Irvine & Gal (2000), são a *Iconização*,

a Eliminação e Recursividade Fractal, com os quais se bastardeiam as línguas nativas do continente, concedendo a total hegemonia às línguas dos antigos impérios colonizadores, redimensionando, assimilando e (re)produzindo, desta forma, a ideologia colonial, cujo impacto social é a exclusão daqueles que resistem à assimilação.

O estudo também explica a génese das fonias com radical colonial e a ideologia de que elas se revestem, visando despertar os profissionais das ciências humanas e sociais sobre o impacto de um fenómeno social (a distribuição iníqua de um recurso *social sine qua non* na regulação das sociedades – a língua) que se tende, política e intencionalmente, a negligenciar. Após a apresentação do objetivo que motivou a realização deste estudo, a secção seguinte é dedicada às teorias e metodologias aplicadas na recolha e tratamento de dados.

Suporte Teórico e Metodológico

Este estudo é, teórica e metodologicamente, enformado por uma simbiose de duas escolas pós-modernistas do pensamento sociolinguístico. Trata-se da Análise Crítica de Discurso, doravante CDA (sigla



inglesa) e a Ideologia Linguística. A CDA, com raízes *anglo-australianas*, é inspirada inicialmente pela linguística crítica e pelos trabalhos de Michael Halliday; a Ideologia Linguística, proveniente da escola de Antropologia Linguística americana, é inspirada pelos pensamentos de Edward Sapir. Estas constituem-se as teorias e metodologias que sustentam teoricamente este estudo. A fusão das duas escolas é uma simbiose científica copulada por Milani e Johnson (2008), no intuito de revelar a contribuição e os ganhos científicos que resultariam de uma possível aproximação destas duas grandes escolas do pensamento sociolinguística pós-modernista e as vantagens que possibilitam à academia. De acordo com os proponentes, “apesar da sua partilhada preocupação em desabrochar a relação entre a língua, a ideologia e a política na sociedade contemporânea, estas duas escolas desenvolveram ao longo das duas décadas passadas mais ou menos caminhos de pesquisa separados” (Milani & Johnson, 2008, p. 361). Como Fairclough (2010) sustenta, não existe teorias sem métodos, nem métodos sem teorias. ambas as escolas são, simultaneamente, teorias

e métodos: “A teoria constituiu uma afirmação ou uma série de afirmações defendidas por um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, como o seu posicionamento na perceção do mundo ou de um determinado fenómeno no mundo, onde o mundo pode ser material ou não material” (Ricento, 2006, p. 3). As teorias acompanham-se dos seus métodos e instrumentos. *Ipso facto*, a transdisciplinaridade, metodologia defendida por Fairclough (2005; 2010) neste campo científico ou a interdisciplinaridade integrativa, segundo Weis & Wodak (2003), concede a sustentabilidade metodológica ao estudo, com os seus diversos métodos de recolha e análise de dados, com destaque em métodos de análise textual, incluindo a observação etnográfica que também proporciona um papel preponderante aos investigadores (Canagarajah, 2006). Princípios (instrumentos) como intertextualidade, interdiscursividade, contextualização e recontextualização sustentam todo o processo analítico. A estes são associados os princípios de historicidade e temporalidade defendidos por Blommaert (2005) no quadro Ideologia Linguística.

Em conformidade com Faiclough (2010), a necessidade da transdisciplinaridade reside na complexidade e transversalidade dos fenómenos sociais, políticos e económicos em análise, partindo do princípio que nenhuma disciplina científica é, *per se*, capaz de explorar e explicar na íntegra fenómenos tão complexos e multifacetados, como é o caso deste sob estudo, sem que se recorra a outras áreas científicas. Quanto aos princípios de historicidade e temporalidade, concordamos com Blommaert (1999, p. 6) que “a dimensão histórica da língua deveria ser intrínseca a toda observação sincrónica ou diacrónica realizada na língua e sobre a língua” e que “todo facto linguístico é um facto histórico”, o que implica dizer que qualquer abordagem que envolve fenómenos sociolinguístico deve incluir a componente histórica.

Por outro lado, os factos históricos ocorrem em momentos específicos e decorrem ao longo do tempo. Estas ocorrências podem ser de longa ou curta duração. Este pressuposto convida-nos a visitar as formulações do tempo histórico propostas por Braudel (1958), que as caracteriza de longa duração (noção de tempo

que decorre com extrema lentidão que escapa à percepção e transcende a capacidade de indivíduo de o controlar, podendo envolver gerações) e de curta duração (tempo sob o controlo de indivíduo). Assim, este autor olha para a história como um estudo de complexas e conflituosas temporalidades na vida dos humanos. É, precisamente, esta componente histórica que deve emergir em qualquer abordagem acerca da língua e os seus diversos fenómenos e implicações para melhor se perceber os fenómenos sob o escrutínio, enquadrados no tempo, tanto na perspetiva sincrónica como diacrónica, pois, como bem o alerta Blommaert “quase sempre, a historicidade de dados linguísticos é negligenciada” (1999, p. 4). Por isso, urge a necessidade de se deixar de negligenciar a componente histórica na análise de fenómenos sociolinguísticos, porque eles são históricos e merecem uma análise histórica. Assim sendo, a secção a seguir apresenta uma panorâmica histórica do fenómeno em síntese, começando com a origem do termo lusofonia.



Génesis da Palavra Lusofonia

Esta secção apresenta uma resenha da origem do termo lusofonia. Segundo Blommaert (2009), a língua constitui, depois da vida, o mais sagrado recurso que o Criador concedeu ao género humano. *Ipsa facto*, somente ele, o ser humano, está capacitado a utilizar este recurso nos seus atos comunicativos, e tem a habilidade de manipular em seu próprio benefício ou prejuízo, e/ou em detrimento do seu próximo, podendo utilizá-lo como um poderoso instrumento de manipulação, preservação e manutenção do poder para perpetuar a dominação (Wodak, 2001).

O *verbo* é o poder. Se o poder de Deus se manifestou no seu *Verbo*, em conformidade com a Bíblia Sagrada, assim também Ele quis que o poder dos homens se manifestasse nas suas línguas: assim, concedeu a cada povo a sua língua. Eis aí a sustentabilidade do conceito ocidental da nação: *uma língua, uma nação* (Irvine & Gale, 2000). Aliás, África não atropelou esta regra, pelo menos até a dominação europeia, que transformou os países do Sul de Saara numa *Torre de Babel*. Negar a língua a um povo significa retirar-

-lhe a voz (Blommaert, 1999), pois, a língua é o recurso que concede o acesso a todos os outros recursos (Blommaert, 2009).

O profanado conceito político atribuído ao termo “independência” tem manipulado as mentes africanas e parece estar a fanatizar cada vez mais os irmãos e compatriotas menos informados e que são politicamente mais vulneráveis, pois, têm olhos, mas não são capazes de ver! Ser independente sem ter voz? Ser independente não é uma mera ausência física do colonizador europeu: os africanos também podem ser colonizadores. E podem sê-lo com efeitos mais nefastos por não serem facilmente identificáveis, por partilharmos, quase todos, uma fisionomia semelhante. Muitos dos herdeiros do poder em África não são senão o resultado da reprodução da ideologia *France-Afrique* e limitam-se apenas a redimensionar e (re) produzir os ideais dos seus ascendentes. Aliás, Bender (2004) demonstra que, pelo menos em Angola, o império colonial português criou uma “elite” constituída por mestiços e cabo-verdianos, com baixa literacia e qualificação profissional, a quem pensava que era a melhor

raça intermediária para continuar a sua ideologia.

Se estes herdeiros do poder reclamaram a co-pertença da língua portuguesa no pós-colonialismo (Stroud, 1999), então, seria a língua portuguesa a língua acomodada, a língua a ser adaptada às culturas hospedeiras, e deve sê-la, mas nunca deverá servir como um instrumento manipulativo para uma implícita e progressiva aculturação do homem africano, sob capas de comunidade e cultura lusófonas. Nunca existirá uma África lusófona: trata-se de um mero conceito cego proveniente de uma política assimilacionista.

O termo “lusófono” foi introduzido no dicionário político português por Mário Soares, ex-presidente português, em 1989, no Brasil. No entanto, o mesmo e outros políticos socialistas portugueses evitaram utilizar esta palavra com o receio de ofender as suas ex-colónias (Hamilton, 1991). Se o vocábulo que gerou a lusofonia (francofonia) é um conceito político-ideológico, o seu (re)dimensionamento e (re)produção (lusofonia) não será o contrário. Estudos revelam que o termo lusofonia deriva de uma “cábula” da palavra *francophonie* (francofonia),

que é um conceito meramente político e não linguístico (Spolsky, 2009) que, por sua vez, foi idealizado, introduzido e naturalizado pelo General Charles de Gaulle e utilizado pelos famosos homens do Estado gaulês. Neste sentido, graças a esta ideologia francesa de manutenção do seu império colonial em África, conseguiram preservar a sua hegemonia nas suas “ex-colónias” numa África pós-colonial, a fim de perpetuar a dominação nos seus outrora territórios ultramarinos (Hamilton, 1991). O mesmo se passou em relação à lusofonia, que é uma cópia da francofonia.

Com a criação do rótulo icónico *France-Afrique*, ideologia que representa uma mudança ou mesmo a recontextualização de modelo de atuação na gestão do império colonial Francês em África, o processo de colonização passou a ser gerida numa maneira oculta, sob capa de independência, embora este processo, efetivamente, não passou de uma mera substituição da cor do colonizador, que nunca descolonizou, revestindo-se com próteses identitárias a partir do momento que se forjaram a suas lideranças. O único elemento partilhado entre as lideranças e o



povo é a cor de pele, passando o real colonizador a manipular o exercício da gestão da “colônia” de forma invisível. Como Hamilton (1991) nos revela, a França pode até ter perdido as suas colônias, mas mantém o seu império intacto.

Não existe sociedade sem língua, nem língua sem sociedade. Para vários peritos nesta matéria, incluindo defensores dos direitos linguísticos, as línguas representam uma memória coletiva das comunidades linguísticas a que pertencem que se caracterizam em comunidades de expressão. Para Wa Thiong’o, por exemplo, “a língua é o banco da memória coletiva da experiência na história de um povo” (2003, p. 15). Sekou Touré, por sua vez, afirma que “a língua constitui a base da personalidade de um povo, enquanto contribui para sua genial criatividade... um povo que renuncia ao uso da sua língua estará a acelerar a sua estagnação, o seu retrocesso e até mesmo o seu total desaparecimento como um povo” (1978, p. 132). Este olhar, *per se*, implica dizer que todo o ser humano possui uma identidade etnolinguística inata que deriva da confluência das suas identidades étnica e linguística

(Blommaert, 2005) que nunca deverá ser inibida por se ter adquirido outra língua, ou “outras identidades linguísticas cosméticas”, se assim se pode considerar, pois, a descendência etnolinguística de um indivíduo constitui parte do seu ADN. *Ipsa facto*, a tentativa de *lusofonização* de comunidades complexamente plurilíngues através da promoção e expansão do imperialismo linguístico constitui-se como um processo manipulativo que concorre para a criação de línguas hegemônicas, prática conducente à estratificação social com base na língua, na discriminação e/ou exclusão sociopolítica e económica.

Como se pode observar, esta prática sociopolítica constitui uma ideologia assimilacionista tendente à transformação de comunidades complexas e extremamente multilíngues em comunidades politicamente monoglotas com identidades linguísticas cosméticas. Por intermédio de um subtil processo de *bastardização* das identidades etnolinguísticas antropologicamente herdadas, os herdeiros do poder colonial têm reproduzido a ideologia, a política e a prática linguísticas coloniais visando perpetrar práticas herdadas dos seus

progenitores biológicos e/ou políticos, conducentes à manutenção do império e poder coloniais, de forma a perpetuá-los com base no controlo linguístico. Todo este exercício manipulativo sustenta a formulação de Shohamy (2006, XV) para quem “a política linguística reside no seio das manipulações e batalhas entre a ideologia e a prática” (2006, XV).

Tendo apresentado a génese do termo lusofonia e uma interpretação histórica nesta secção, a próxima mergulhar-nos-á na análise do fenómeno da troca de identidade etnolinguística antropologicamente herdada por uma prótese identitária da língua herdada do colonialismo, bem como nos fenómenos de colonização mental e da prótese identitária dos herdeiros do poder colonial, assim como as suas consequências nas comunidades.

Lusofonia, Francofonia e Luso-Tropicalismo

A secção anterior apresenta a origem da palavra lusofonia e esclarece que este é um conceito ideológico-político sob um invólucro linguístico e não linguístico (Spolsky, 2009), como muitos pretendem apregoar (Hamilton, 1991) e com que muitos

políticos cegamente se orgulham. Ela é uma imitação do conceito político *francophonie* (francofonia), que se constituiu como um dos pilares fundamentais da ideologia France-Afrique, idealizada, introduzida e naturalizada pelo General Charles de Gaulle, promovida dentro da sua ideologia neocolonizadora cujo escopo é a troca da cor do colonizador nas ex-colónias francesas, conceito que foi imitado por outros colonizadores. Como revela a secção anterior, este vocábulo (lusofonia) foi introduzido no dicionário político da língua portuguesa por Mário Soares, antigo Presidente da República Portuguesa, com a evocação do “mundo da lusofonia” em vários dos seus discursos (Hamilton, 1991).

Não se pode insinuar que se esteja perante um fenómeno sociopolítico diferente, tanto que o império português, em África, também foi considerado território de Portugal ultramarino. Neste sentido, a lusofonia é uma autêntica (re)produção e (re)formatação do luso-tropicalismo. Se a ideologia luso-tropicalista se assentava num sustentáculo racial (Bender, 2004), a lusofonia assentava-se sobre uma base política sob um invólucro linguístico.



Aliás, aglutinar africanos que têm o português como língua oficial pode ser encarado como o fenómeno que Phillipson (1988) denomina como *linguicismo*, que é semelhante ao racismo. Na perspetiva ideológica, de acordo com Haas, “o racismo promove o monoculturalismo, que ele define como a prática de ser abastecido pelos dominantes ou pela cultura dominante, providenciando um tratamento de segunda classe ou consideração não especial a todos que pertencem as culturas não dominantes” (1992, p. 161). Assim também Phillipson considera que o *linguicismo* transporta consigo “as ideologias e estruturas que são utilizadas para legitimar, efetuar e reproduzir uma divisão desigual do poder e de recursos (materiais e não materiais) entre grupos que se definem com base na língua” (1988, p. 339).

Para mergulharmos no processo analítico, é necessário, *a priori*, mencionar que os (5) cinco países que têm o português como língua oficial em África são multilíngues. Todavia, parece necessário destacar que Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, por além do português, possuem diferentes variedades de crioulo com base no

português, enquanto que Angola e Moçambique apresentam maior diversidade etnolinguística, por isso, uma maior densidade multilinguística, tendo Angola quarenta e um (41) e Moçambique quarenta e duas (42) línguas (Augusto, 2013). Com o número considerável de línguas faladas nestes países, parece paradoxal eliminar as suas tão complexas identidades etnolinguísticas antropologicamente herdadas e reduzi-las meramente a uma designação “países lusófonos”, que, como já foi referido, se constituiu como um rótulo da raiz da herança colonial.

O processo de desconstrução de conceitos politicamente contrafeitos é um imperativo para que melhor se compreendam e desmistifiquem as agendas ocultas por detrás destes, em diversos momentos e nos atos discursivos. Neste caso, precisamente, pretende-se compreender os fatores extralinguísticos que têm permitido perpetrar e perpetuar a dominação com base na língua. A língua, como referido, é o mais valioso recurso que o homem tem, depois da vida. Porém, quando a sua “distribuição” não é equitativa (Blommaert, 2005), transforma-se num autêntico instrumento de ma-

nipulação, segregação e, inclusive, de exclusão sociais.

Assim, contrariando a visão defendida por Hamilton (1991, p. 611), que sustenta que “similar to Anglophone and Francophone, the adjective Lusophone is a fairly neutral term most often used in academic circles to label African literature in Portuguese”^[2], partilho a visão de Gee, que considera que “...all discourse analysis is critical discourse analysis, since all language is political and all language is part of the way we build and sustain the world, cultures, and institutions”^[3]. Nesta base, é possível acrescentar a componente referida por Kroskrity da “relação entre a língua, política e a identidade” (2000, p.1) da escola da sociolinguística tradicional e nos processos analíticos de fenómenos sociolinguísticos como principal fator influenciador desta visão. Esta forma de olhar para língua está ul-

trapassada pelas teorias pós-modernistas que incluem esta relação em qualquer abordagem e/ou análise neste campo, como o demonstra Kroskrity, ao afirmar que são “os dois domínios quase sempre segregados: política (sem língua) e língua (sem política)” (2000, p. 3), recomendando, neste caso, a sua integração.

Esta prática de redimensionar e (re)produzir as ideologias, políticas e práticas linguísticas dos impérios coloniais na África pós-colonial continua a conduzir, como consequência, ao imperialismo linguístico, como modelo tipológico da política e prática linguística. O imperialismo linguístico é um fenómeno sociolinguístico de expansão das línguas associadas com o colonialismo linguístico no *protótipo filipiano*, que denota uma imposição da língua da metrópole colonial para se alcançar as agendas ocultas. Este fenómeno sociolinguístico tende, gradualmente, a conduzir as comunidades à *monolinguiização*, por via de abandono de uso das línguas não privilegiadas, por serem confinados ao domínio doméstico (Augusto, 2013).

Indubitavelmente, encontramos-nos perante uma clara promoção da

[2] “À semelhança da anglofonia e francofonia, o adjetivo lusofonia é razoavelmente neutro, usado nos círculos académicos para rotular a literatura africana em português” (tradução nossa).

[3] “...toda análise do discurso é análise crítica do discurso, partindo do princípio que toda língua é política e toda língua é parte da maneira como construímos e sustentamos o mundo, as culturas, e as instituições” (tradução nossa).



ideologia eurocêntrica pelos herdeiros da ideologia e política linguísticas coloniais, cuja prática outrora estigmatizava as línguas autóctones, atribuindo-las estatutos inferiores, tais como o de dialetos, ou muito mais pejorativos tais como o de língua de cães ou de macacos e outros rótulos afins, discriminando, desta forma, os seus falantes. A herdada ideologia linguística permite os detentores do poder (re)produzir e re-dimensionar a ideologia e a política linguísticas que receberam dos seus mestres criadores e assim preservar e perpetuar o poder herdado.

Por sua vez, desta tendência de monolinguização artificialmente premeditada de comunidades complexamente plurilíngues emanam nocivos fenómenos sociolinguísticos e sociopolíticos tais como: (1) a *iconização*, que se constituiu como uma prática ideológica de criação de rótulos icónicos pejorativos a partir de determinadas características linguísticas que são atribuídas às comunidades, tornando-as as suas imagens sociais; (2) a *recursividade fractal*, que consiste num processo de fragmentação do grupo criando categorias opostas e (3) a *eliminação*, que é caracterizada pela simplificação

da complexidade de comunidades etnolinguísticas, aglutinando diversos grupos num só, tornando invisíveis certas pessoas, fenómenos sociolinguísticos, características e/ou manifestações identitárias para transparecerem homogéneos (Irvine & Gal, 2000).

Este é um fenómeno há muito prevalecte na realidade de muitos estados multilíngues, cujas políticas linguísticas, em geral, assemelham-se e/ou enveredam nas mesmas políticas e práticas linguísticas que privilegiam os detentores da hegemónica língua oficial, em detrimento de indivíduos cujo discurso é veiculado por variantes híbridas de português vernacular ou mesmo não possuidores deste recurso no seu repertório linguístico.

Neste âmbito, ao se “proclamarem independentes”, os estados africanos deveriam adquirir os seus próprios estatutos e as suas próprias identidades linguísticas, para que tivessem as suas próprias vozes, e não se envaidecerem com os pejorativos rótulos icónicos que tão-somente visam aglutiná-los sob radicais coloniais em anglófonos, francófonos e lusófonos, eliminando as suas reais identidades poli-etnolinguísticas

e culturais. Ao permitir que se lhes retire a sua voz, estes estados transformaram-se em instrumentos de manipulação com uma identidade prótese, resultante de um processo de assimilação que até ao presente continua a perpetrar e perpetuar a (re) e (neo)colonização das mentes de muitos herdeiros do poder colonial e/ou seus descendentes, que se transformaram em autênticos agentes de implementação de ambos, o imperialismo linguístico e o imperialismo cultural, molestando e/ou bastardeando as identidades etnolinguística antropologicamente herdadas dos seus próprios povos.

Ao consentir e assumir a prótese identitária lusófona, os herdeiros do poder colonial nos PALOP ajudam a (re)formatar e (re)produzir os três processos semióticos para discriminação e/ou exclusão sociais, acima referidos, que concorrem contra o bem-estar das populações uma vez que a sua voz é eliminada, *ipso facto*, bem como a sua real identidade. O rótulo luso não serve para os africanos, mas sim para os portugueses e somente a eles (*iconização*). Esta *iconização* é resultante de um processo de aglutinação de várias etnias, línguas e culturas, atribuindo

a todos os povos que as representam num só ícone: luso (*eliminação*). Esta eliminação, por sua vez, fragmenta o tecido social dos rotulados (*recursividade fractal*), segregando os que entre os rotulados resistem à ideologia assimilacionista, tornando-os socialmente excluídos por não possuírem a hegemónica língua lusa no seu repertório linguístico. Quem não tem voz não tem poder! A fragmentação fractal é um processo que exclui os não assimilados ao acesso às várias esferas da vida sociopolítica, tais como o acesso às instituições públicas, a sua participação na vida política e outras afins (Stroud, 1999).

Procurando ilustrar os socialmente excluídos, parece, à primeira vista, que “o sem voz” em Angola parece exagero. Entretanto, a observação etnográfica confirma melhor as práticas sociais: visitem os hospitais, bancos e outros serviços públicos afins. O combate à pobreza passa, sobretudo, pela distribuição equitativa dos recursos linguísticos. Já alguém imaginou o tratamento que é oferecido aos angolanos, na sua própria terra, pelas instituições do Estado a que pertencem e são contribuintes, por causa da total



ausência ou mau domínio do hegemónico português no seu repertório linguístico? Quem não sabe a língua portuguesa, é segregado e colocado de parte.

Língua e Educação

Na secção dedicada à *genesis* vimos que a língua é o recurso que concede acesso a todos outros recursos. Nesta perspetiva, estudos revelam que as abordagens à volta da matéria relacionada com o desenvolvimento humano tendem, quase sempre, a marginalizar debates sobre a inclusão da língua, especialmente a sua relevância na educação. Isto implica dizer que, pouca, senão mesmo nenhuma atenção é dedicada no importante papel que a língua desempenha nos sistemas educativos, que é um dos pilares de desenvolvimento (Williams e Cooke, 2002). Williams e Cooke demonstram a inseparável inter-relação entre literacia e o desenvolvimento, a iliteracia e a pobreza, assim como a sua intrínseca profunda conexão com a língua, apoiando-se em estatísticas apresentadas no início deste milénio, com uma estimativa de “150 milhões de crianças com idade escolar se encontravam fora do sistema

do ensino, mais de 900 milhões de adultos são iletrados e 1,3 milhões de pessoas vivem debaixo da pobreza extrema” (p. 297). Estes números trazem à superfície o impacto que a pobreza imaterial tem na produção da pobreza material.

Em Angola, por exemplo, vários estudos revelam que o fraco domínio da língua portuguesa – não somente por parte de alunos, mas também de docentes –, tem sido uma das maiores causas para o insucesso escolar, e muitas crianças encontram-se fora do sistema do ensino por ausência do hegemónico português no seu repertório linguístico (Augusto, 2013). Esta é uma consequência da *lusofonização* de comunidades não lusófonas e da hegemonização do português, incluindo a sua imposição para o acesso ao sistema do ensino. Contrariamente, diversos estudos demonstram que indivíduos que têm a sua língua primeira como meio de instrução escolar tendem a apresentar melhores rendimentos (Ferguson, 2010).

Importa aqui observar que tudo quanto sustenta o processo da *lusofonização* das diversas e complexas comunidades etnolinguísticas africanas concorre contra os pres-

supostos que serviram de base para emanação da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos de 1996, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo, dentre outros, os dois que se seguem, somente para uma correlação com o fenómeno em análise:

Considerando que a maioria das línguas ameaçadas do mundo pertencem a comunidades não soberanas e que dois dos principais fatores que impedem o desenvolvimento destas línguas e aceleram o processo de substituição linguística são a ausência de autogoverno e a política de Estados que impõem a sua estrutura político-administrativa e a sua língua;

Considerando que a invasão, a colonização e a ocupação, assim como outros casos de subordinação política, económica ou social, implicam frequentemente a imposição direta de uma língua estrangeira ou a distorção da percepção do valor das línguas e o aparecimento de atitudes linguísticas hierarquizantes que afetam a lealdade linguística dos falantes; e considerando que, por esses motivos, mesmo as línguas de alguns povos que acederam à soberania se confrontam com um processo de

substituição linguística decorrente de uma política que favorece a língua das antigas colónias e das antigas potências colonizadoras (p.2).

Os dois extratos acima demonstram, claramente, a distorção das realidades entre as práticas políticas pós-coloniais, manipulando as políticas e práticas linguísticas e redimensionando e (re)produzindo as ideologias linguísticas coloniais, e as expectadas práticas, cientificamente sustentadas, propostas pelas Nações Unidas. Encontram-nos perante uma ambiguidade entre as práticas vigentes e as desejáveis.

Para se erradicar, ou pelo menos mitigar, a *lusofonização* dos PALOP e os seus efeitos, os estados destas comunidades devem adotar políticas linguísticas inclusivas com a promoção, sem exclusão, de todas as línguas antropológicamente herdadas. Esta mudança conduziria a uma alteração de práticas linguísticas no cômputo geral, criando um ambiente de coexistência pacífica entre todas as línguas em uso nos territórios correspondentes, o que, por sua vez, conduziria à mitigação, ou mesmo erradicação da vigente política linguística discriminatória,



que somente hegemoniza uma língua (a da herança colonial), legitimando-a como única língua oficial e marginalização das línguas das identidades etnolinguísticas antropológicamente herdadas, vernaculizando-as, relegando-as, *ipso facto*, ao domínio doméstico. É negativamente interessante verificar que, em muitas circunstâncias, propõem-se a criar nações sem línguas nacionais. O exemplo de Angola testemunha este facto.

Todavia, é preciso que se compreenda que a carência, senão mesmo a ausência, de uma identidade linguística própria pode ser traduzida em uma agenda oculta (Shohamy, 2006), se tivermos em conta o poder da expressão “the lack of a policy is a policy”^[4]. As idealizadas nações com línguas herdadas e/ou emprestadas, e sem línguas próprias, rotulados com raízes do império colonial tais como anglo, franco e luso consistem em fenómenos sociopolíticos que não se devem traduzir em mero acaso ou uma simples ignorância dos atores políticos herdeiros do poder colonial. As suas ações visam um processo de redimensionamento e de (re)produção

das ideologias linguísticas e políticas linguísticas eurocêntricas e a consequente promoção e implementação das ideologias linguísticas e políticas linguísticas afro-pessimistas, que se constituem como uma manobra manipulativa subtil das engenharias da demagogia política, cuja agenda é perpetrar e perpetuar a dominação do homem africano com base na língua, segregando-o, inclusive, das suas comunidades etnolinguísticas, com as impostas fronteiras derivadas da Conferência do Berlim, agrupando-o de acordo com o antigo império colonizador.

Como consequência, o discurso da existência de uma só África é profanado pela prática político-social das herdadas ideologias e políticas linguísticas coloniais que dividem o continente, segregando os seus povos, incluindo os que falam as mesmas línguas indígenas, tal como antes referenciado, em *ovakwanyama* anglófonos e *ovakwanyama* lusófonos, *bakongo* lusófonos e francófonos, *tuchokwe* lusófonos, francófonos e anglófonos. Paradoxalmente, estas identidades próteses são atribuídas pelos herdeiros do poder colonial.

No dia 24 de maio de 2015, em alusão ao dia de África, o então

^[4] “A ausência de uma política é uma política”.

Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, apresentou um discurso que se constitui uma demonstração de (re)conhecimento, consciente, porém, implícito, desta inequívoca prática sociopolítica manipulativa: “Quantas Áfricas existem?” Questionava o estadista. “Porque somos divididos em África inglesa, África francesa, África portuguesa, (...) Existe uma só África...”.

Ao abastardar as “suas próprias” línguas e substituí-las pela hegemônica língua da herança colonial, os herdeiros do poder colonial procuram dar sequência ao exercício do poder herdado prosseguindo com a ideologia de eliminar a voz do povo. Esta prática sociopolítica tem como consequência um oculto processo de exclusão sociopolítica e econômica endossada pelo Estado e um adiamento permanente de um processo de construção da Nação no seu conceito e sentido reais.

Contrariamente ao politicamente contrafeito conceito de nação que se pretende conceber e inculcar aos menos informados, uma nação não consiste em um mero projeto político imposto por coerção e/ou coação políticas. Ela é, sim, um projeto ideológico-político de con-

senso e que implica a existência de um projeto consensual, com a participação, inclusiva, de todos os seus integrantes, onde a sua língua, ou as suas línguas, no conceito de nação multilíngue em África, joga(m) um papel *sine que non*, pois, não existe nação sem língua(s) própria(s) (Blommaert, 2005). Uma nação que se identifica com uma língua emprestada é uma nação sem identidade própria. *Ipsa facto, identidade prótese!*

A identidade prótese pode ser analisada em três perspectivas distintas: (1) uma estratégia integrativa (Wodak, 2001) (*euro-africano/luso-africano*), onde os cidadãos europeus com uma certa agenda oculta adquirem a nacionalidade do país em que residem os seus interesses inconfessos para realizar o seu desiderato, aproveitando-se do, constantemente, ambíguo direito de aquisição de nacionalidade. Eis que nos enfrentamos com indivíduos, inclusive pertencentes às elites governantes africanas, com múltiplas nacionalidades, trocando as próteses segundo a conveniência; (2) a estratégia dominativa (*Ibid.*, 2001) (*afro-europeu-afróluso*) onde, em vários países ocidentais e não só, aos membros de



determinadas minorias sociais (emigrantes) são atribuídos os rótulos de nacionais, porém, com assimetrias em termos de direitos sociopolíticos e económicos, ainda que estejam estrategicamente “integrados” na superestrutura da pirâmide social; (3) a estratégia preservativa (*Ibid.*, 2001), que consiste na introdução de agentes da mesma cor da pele no processo de assimilação onde, para preservar a sua hegemonia e o seu império colonial, os colonizadores europeus criaram, artificialmente, elites estrangeiras, porém, com a mesma cor da pele, para que fossem usados como seus agentes para perpetuar as suas ideologias, tanto por meio de aculturação dos autóctones como pela sua inserção nos movimentos de libertação nacionais a fim de herdar o poder. É precisamente nesta estratégia preservativa que reside a real génese das crises etnolinguísticas da África pós-colonial, que muitas vezes se transformam em “guerras interétnicas”.

Uma identidade prótese é uma identidade atribuída ou adquirida que facilmente se pode retirar ou rejeitar: os recentes acontecimentos de França e Alemanha testificam a rejeição de identidade prótese atri-

buída aos afro-europeus a quem são atribuídos quase que todos os atos de terrorismo.

Se tivermos presente o conceito de nação acima apresentado, entender-se-á melhor a identidade prótese das chamadas “nações” africanas e perceber-se-á que o conceito nação, usado por muitos países africanos, é uma simples retórica política! A África tem mais estados que nações. Um estado não constitui necessariamente uma nação. Ele é simplesmente um sistema formal de instituições, constituídas pelos três poderes, o legislativo, o executivo e o judicial. O nacionalismo não requer necessariamente um Estado (Catalunha, Espanha, Québec, Canadá) (Blommaert, 2006). A língua, como a prática demonstra, tem sido um dos pilares determinantes que sustenta estas manifestações: ninguém quer ver retirada a sua voz! Aliás, o panorama da geolinguística africana e o despertar de novas gerações explicam a origem de vários fenómenos sociopolíticos no continente.

Assim sendo, a distribuição equitativa dos recursos linguísticos e o reconhecimento de todas as comunidades etnolinguísticas, incluindo

minorias, tornam-se num imperativo para qualquer estado multilíngue, e não só, que se pretende transformar numa nação, *de facto*. O direito à língua é uma premissa *sine qua non* dos tão hipócritas e ambigualmente defendidos direitos humanos. Aliás, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos recomenda que os direitos linguísticos sejam encarados como direitos fundamentais do indivíduo, postulando que são simultaneamente individuais e coletivos. A Declaração sustenta também que todas as línguas constituem a identidade individual e coletivo dos seus povos (UNESCO, 1996).

Foi negativamente impressionante, em 2022, na cerimónia de inauguração da Universidade do Kwanza, na cidade do Kwito, em Angola, que o embaixador do Reino de Espanha, acreditado em Angola, tenha manifestado o interesse do Rei da Espanha em criar uma “comunidade iberófona” no país, visando construir a *Iberofonia*. Esta pretensão ajuda a perceber melhor as agendas ocultas por detrás das componentes extralinguísticas para se atingir inconfessos fins políticos. A língua é o instrumento principal de manipulação. A língua, *de per se*,

constitui um recurso simbólico crucial na qual os atores projetam os seus interesses, nos quais constroem as suas alianças e pelas quais exercem o poder. Este poder inclui a (re)produção das ideologias (Blommaert, 1999).

Em suma, é com a língua que se contesta o poder, é com a língua que se destitui o poder e é com a língua que se ascende ao poder. É também com a língua que se perpetua o poder. A imposição arrogante de Portugal em partilhar o mandato do Secretária-Geral da CPLP com São Tomé e Príncipe testifica o poder da língua para ascender ao poder e a hegemonia da pertença da língua e a agenda oculta por detrás da CPLP. Aliás, como Fairclough (2010) afirma, a língua *de per se* não constitui o poder. Porém, está revestida de todos ingredientes possíveis para se alcançar o poder.

Toda a abordagem à volta do fenómeno sob análise leva ao questionamento sobre a necessidade de substituição das identidades etnolingüísticas antropologicamente herdadas dos africanos por identidades próteses manufaturadas a partir das línguas herdadas do colonialismo. Os africanos não necessitam de



identidades atribuídas, pois, elas entram em contradição com as suas próprias identidades. Estas próteses identitárias entram em permanentes conflitos entre as identidades e as personalidades dos que as são atribuídas. Os africanos precisam de ver as suas próprias fonias promovidas. A lusofonia nunca deve substituir a *kongofonia*, *mbundufonia*, *cokwefonia*, *ovimbundufonia* e outras afins, que constituem a *bantufonia*, na realidade de Angola e Moçambique, nem as outras fonias autóctones de África.

Se a lusofonia é para alguns dos seus proponentes uma prótese identitária, ela é, para outros, uma colonização mental! Concordando com Derrida (1996), ambas as categorias têm as suas identidades em permanente conflito. Porque não promover a *kongofonia*, *mbundufonia*, *cokwefonia*, *ovimbundufonia*, isto para realidade angolana, a *bantufonia* e as fonias similares que são mais abrangentes e inclusivas para os africanos, é a questão que se coloca. Muitos pensam que estas fonias não existem. Convida-se as castas detentoras do poder em África a descolonizar as suas mentes. A lusofonia constitui-se como um terrível

modelo do imperialismo linguístico cuja agenda oculta visa promover e implementar uma política linguística ditatorial e exclusivista do modelo brasileiro, onde uma sociedade extremamente multilíngue será politicamente convertida em monolíngue, promovendo o linguicídio artificial, a fim de transformar, lenta e implicitamente, as nossas linguisticamente ricas sociedades em sociedades monolíngues.

Outra inquietação que não menos preocupa é a de que, se o rótulo icónico lusofonia é uma imitação de francofonia, como já foi referido, que se constituiu como um dos pilares da ideologia France-Afrique de Charles de Gaulle, cujo epicentro consistiu na troca da cor do colonizador nas (ex)-colónias francesas, quais são as razões que continuam a motivar os detentores do poder em África “independente” a se orgulharem de semelhantes rótulos! Não estarão a assumir-se como meros (re)produtores e (re)formatadores de tais ideologias? É facilmente observável a maneira como a França realiza intervenções na denominada “África francófona”!

A Lusofonia transformou-se numa ideologia linguística dominante na-

turalizada (Bourdieu, 1991) e um modelo de hegemonia linguístico-cultural e de exclusão social endossado pelos Estados (Gramscian, 1971). A pós-colonização não se constitui necessariamente como sinónimo de independência.

Urge a necessidade de se conceber políticas linguísticas inclusivas para que se saia deste prevacente *status quo*, promovendo todas as línguas de identidade nacional, sendo estas todas as línguas originárias do território que hoje se denomina Angola, pois, marginalizar uma língua é, simultaneamente, marginalizar os seus falantes. Estigmatizar uma língua é estigmatizar os seus falantes. As políticas dos estados devem ser inclusivas. As políticas linguísticas de exclusão têm resultado na criação de comunidades hegemónicas que, diz a experiência africana, tendem a engendrar conflitos interétnicos que têm resultado em muitas guerras que devastam o continente. *Ipsa facto*, devem ser evitadas, criando um ambiente de convivência pacífica de todas as línguas faladas no território, dignificando, desta feita, todas as línguas e sobretudo, todos os falantes de todas as línguas.

Conclusão

Em termos conclusivos, o estudo revela que a “África Lusófona” é um mero processo de redimensionamento e (re)produção da ideologia, política e prática linguísticas coloniais, sustentado na imitação da ideologia *France Afrique* (francofonia) de Charles de Gaulle. O rótulo icónico *lusófono*, atribuído ao africano, emana de dois modelos tipológicos de categorização dos herdeiros do poder colonial. Estamos a falar, precisamente, por um lado, da identidade prótese, que é o modelo constituído pelos herdeiros do poder colonial, que são os descendentes biológicos e luso-africanos de progenitores portugueses, que não possuem nenhuma identidade linguística relacionada com alguma identidade etnolinguística antropológicamente herdada, no seu ADN, das identidades presentes em África.

Por outro lado, existem mentes colonizadas, que é o modelo tipológico constituído pelos herdeiros do poder colonial, descendentes políticos – e não biológicos, dentro da ideologia assimilacionista, que, como sustenta Wa Thiong’o (2003), se orgulham da ignorância da sua própria identidade cultural. A *lusó-*



fonização dos PALOP é um processo político que visa, tão-somente, continuar a hegemonizar a língua herdada da colonização, *ipso facto*, os seus falantes, e vernaculizar as línguas da identidade etnolinguística antropologicamente herdadas, e conseqüentemente, os seus falantes, promovendo, assim a ideologia eurocêntrica, de um lado, e afro-pessimista, por outro lado. Esta situação tem conduzido a fossos insuperáveis no tecido social angolano, onde o próprio angolano, que não sabe falar português, é um estranho na sua própria terra.

Toda a abordagem à volta do fenómeno sob escrutínio permitiu também concluir que os herdeiros do poder em África necessitam de um urgente processo de descolonização mental. A(s) realidade(s) geolinguística(s) do mundo demonstram que as fonias com radicais coloniais não são senão um modelo de imperialismo linguístico. Porém, ninguém quer, explicitamente, assumir a neocolonização com base na língua. Os africanos têm as suas próprias fonias. Assim, a *lusofonização* das comunidades constitui uma promoção do imperialismo linguístico. A lusofonia é uma ideologia domi-

nante, tendo em vista a relação entre a língua e o poder, e somente pode ser enquadrada na geopolítica porque ela se constitui um conceito político e não (socio)linguístico.

Os países africanos que constituem os PALOP não são lusófonos. O processo de *lusofonização* de África é uma (re)produção e (re)dimensionamento de ideologia luso-tropicalista, baseado na língua. A *lusofonização* do africano em particular, da sua língua e/ou cultura, constitui-se como um autêntico ato de contrafação e adulteração da sua identidade. É urgente a reconstrução da identidade linguística do africano. Para o efeito, propõe-se uma melhor forma de gestão linguística com a criação de políticas linguísticas inclusivas, visando a valorização de todas as línguas faladas nas comunidades. As políticas linguísticas dos estados devem favorecer as comunidades erradicando, ou pelo menos mitigando, fenómenos sociais como estigma com base na língua.

Os académicos africanos devem ajudar a classe política, apesar de distanciamento que os últimos criam em relação à academia, a melhor perceber determinados conceitos e fenómenos sociopolíticos e eco-

nómicos. Aos políticos africanos, convido a ouvir a voz de academia antes de qualquer tomada de decisão, a fim de evitar o cego seguimento político de discursos manipulados pelas engenheiras políticas ocidentais que colocam em risco o futuro das sociedades que governam.





Referências Bibliográficas

- AUGUSTO, A. F. (2013). *Assessing the Introduction of the Angolan Indigenous Languages in the Educational System in Luanda: A Language Policy Perspective*. El Monte: David Publishing Company.
- BENDER, G. (2004). *Angola Under the Portuguese: The Myth and the Reality*. Trenton: First Africa World Edition.
- BLOMMAERT, J. (1999) “The Debate is Open”. In Blommaert, J. (Ed.), *Language Ideological Debates*. Berlin: Mouton de Gruyter. 1-38.
- BLOMMAERT, J. (2005). *Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BLOMMAERT, J. (2006). “Language and National Identity”. In Ricento, T. (Ed.), *An Introduction to Language Policy: Theory and Method*. Malden: Blackwell Publishers. 239-254.
- BLOOR, M. & BLOOR, T. (2007). *The Practice of Critical Discourse Analysis: An Introduction*. Chennai: Hodder Education.
- BOURDIEU, P. (1991). *Language and Symbolic Power*. London: Polity.
- BRAUDEL, F. (1969). “Histoire et Sciences Sociales: La longue Durée”. In *Écrits sur l’Histoire*. Flammarion. 41 – 83.
- CANAGARAJAH, S. (2006). “Ethnographic Methods in Language Policy”. In Ricento, T. (Ed.), *An Introduction to Language Policy: Theory and Method*. Malden: Blackwell Publishers. 152-69.
- CRYSTAL, D. (1987). *The Cambridge Encyclopedia of Language*. Cambridge University Press.
- DERRIDA, J. (1996). *Monolingualism of Others or Prosthesis of Origin*. Stanford: Stanford University Press.
- FAIRCLOUGH, N. (1995). *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London: Routledge.

- FAIRCLOUGH, N. (1995). *Critical Discourse Analysis*. London: Longman.
- FAIRCLOUGH, N. (2010). *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. London: Longman.
- FERGUSON, G. (2010). "Language Education Policy and the Medium of Instruction Issue In Pos-colonial Africa". In Meyerhoff, M & Schlee, E. (Eds). *The Routledge sociolinguistics readers*. London: Routledge. 150-167.
- GEE, P. J. (1999). *An Introduction to Discourse Analysis: Theory and Methods*. ROUTLEDGE.
- GRAMSCIAN, A. (1971). *Selections From the Prison Notebooks*. London: Lawrence & Wishart.
- HAAS, M. (1992). *Institutional Racism: The Case of Hawaii*. Praeger.
- HAMILTON, R. (1991). Lusofonia, África, and Matters of Languages and Letters. *Hispania*.74: 610-17.
- HAUGEN, E. (1972). *The Ecology of Language*. Selected and Introduced by A. S. Dil. Stanford, CA: Stanford University Press.
- HENDERSON, L. (1979). *Angola, Five Centuries of Conflict*. London: Cornell University Press.
- IRVINE, J. & Gal, S. (2000). Language Ideology and Linguistic Differentiation. In Kroskrity, P. (Ed.). *Regimes of Languages: Ideologies, Politics and Identities*. Santa Fé, New Mexico: School of American Research Press. 35-83.
- MACHIN, D. & May, A. (2012). *How to do Critical Discourse Analysis*. London: SAGE.
- MILANI, T., & JOHNSON, S. (2008). "CDA and Language Ideology: Towards a Reflexive Approach to Discourse Data". In Ingo, H. W. & Jürgen, S. (Eds.), *Methoden der Diskurslinguistik: Sprachwissenschaftlich Zugänge zur transtextuellen Ebene*. Berlin: Mouton de Gruyter. 365-388.



- PENNYCOOK, A. (2000). “English, Politics, Ideology: From Colonial Celebration to Postcolonial Performativity”. In Ricento, T. (Ed.). *Ideology, Politics and Language Policies: Focus on English*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 107-120.
- PHILLIPSON, R. (1988). Linguicism: Structures and ideologies in Linguistic imperialism. In Skutnabb and Cummins (Eds). *Minority education: From shame to struggle*. Multilingual Matters. 339-358.
- SHOHAMY, E. (2006). *Language policy: Hidden agendas and new approaches*. London: Routledge.
- SPOLSKY, B. (2004). *Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SPOLSKY, B. (2009). *Language Management*. Cambridge: Cambridge University Press.
- STROUD, C. (1999). “Portuguese as Ideology and Politics in Mozambique: Semiotic (Re)construction of post-colony”. In Blommaert, J (Ed.), *Language Ideological Debates*. Berlin: Mouton de Gruyter. 343-380.
- TOURE, A. S. (1978). *South Africa on the Move (International ideological Conference)*: Conakry: Patrice Lumumba University Press.
- UNESCO (1996). Universal Declaration of Linguistic Rights.
- WATHIONG’O, N. (2003). *Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Oxford: Heinemann. Wheeler, D. & Pélissier, R. (1971). *Angola*. London: Pall Mall Press.
- WEIS, G. and Vodak, R. (2003). *Critical Discourse Analysis – Theory and Interdisciplinarity*. Palgrave.
- WILLIAMS, E. & Cooke, J. (2002). Pathways and Labyrinths: Language and Education in Development. *TESOL Quarterly*: 36: 3. 297-322.
- WODAK, R. (2001). The Discourse-Historical Approach. In Wodak, R. & Meyer, M. (Eds.), *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage. 63-94.
- ZUMA, J. (2015). Discurso do Presidente da África do Sul. *South African Broadcasting Corporation*. 24 de Maio.